

Bisol e Mercadante podem lançar relatório paralelo

O senador José Paulo Bisol (PSB/RS) e o deputado Aloízio Mercadante (PT/SP) já combinaram que farão um relatório à Nação, paralelo ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os escândalos da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, se chegarem à conclusão de que o desfecho do episódio foi frustrante e abaixo das expectativas geradas no País e na própria CPI.

Bisol está convencido de que se prepara um "grand finale", um espetáculo circense que está destinado apenas a dar uma satisfação à opinião pública. "O próprio sistema já concordou em que sejam cassados uns tantos, talvez uma dúzia, para que sobreviva a maior parte do "iceberg" — costuma dizer o senador gaúcho, convencido de que a CPI apenas roçará no monstro da corrupção.

O senador José Paulo Bisol está assumindo a responsabilidade de fazer investigação por conta própria, juntamente com o deputado Aloízio Mercadante, Bisol continua acreditando que o sistema de corrupção revelado na Comissão de Orçamento do Congresso é apenas uma ponta "desse rabo gigantesco, que se dissemina pelo Executivo e até no Judiciário".

Poder-fantástico — O parlamentar gaúcho acha que este sistema revela um poderio político fantástico, conseguindo intimidar muitas pessoas e condicionando o próprio trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento. Diante das circunstâncias, este sistema quer a punição de alguns para sobreviver.

Bisol acredita que a corrupção está entranhada na vida política e social do Brasil até por uma questão cultural, que remonta à formação colonial do País. Seus tentáculos estão em todos os lados, no sistema público como no privado. No Congresso, mas, também, no Executivo e no Judiciário.

Para extirpar esse mal que compromete o desempenho das instituições políticas e o próprio exercício do poder do Estado, o senador gaúcho propõe a criação de uma Comissão com amplos poderes de investigação, que lhe seriam conferidos pelo Executivo e o Congresso, este com emendas constitucionais que ampliassem os poderes dos membros daquela Comissão. Sem isso o País não conseguirá extirpar o cancro da corrupção que contamina todo o aparelho do Estado", adverte.